13/07/2016 15:58 - Santo Antônio Energia fará novos estudos para analisar afetação das usinas

Foto: Ana Célia/Decom ALE-RO/Reprodução

O presidente da Assembleia Legislativa, Maurão de Carvalho (PMDB), e o deputado estadual Jesuíno Boabaid (PMN) se reuniram com o gerente de operações da Santo Antônio Energia, Dimas Maintinger, para tratar da situação das famílias que denunciam terem sido atingidas pela obra da hidrelétrica no rio Madeira.

Do encontro, também participaram o superintendente regional do Banco da Amazônia (Basa), Wilson Evaristo, o gerente geral do Basa, Éden Sávio, e o chefe da Emater em Rondônia, Chiquinho da Emater.

"Santo Antônio espera que a Assembleia aprove uma autorização para aumento no número de turbinas em operação no rio Madeira. Mas, mostramos que é preciso uma nova negociação de compensações e também que sejam revistas as indenizações às famílias atingidas pela hidrelétrica", relatou Maurão.

Boabaid ressaltou que a Assembleia tem acompanhado o impasse das famílias atingidas pela usina. "Realizamos audiências públicas e outras ações para colher informações sobre a realidade das famílias, que precisam ser assistidas pela usina de Santo Antônio", destacou.

Financiamentos

Maurão e o superintendente do Basa relataram que se reuniram com produtores rurais, que residem às margens do Madeira, que denunciaram terem sido atingidos pela usina e não conseguem pagar os financiamentos bancários que contraíram, para investimentos na atividade agropecuária.

"Eles alegam que, com as áreas produtivas prejudicadas com a cheia do rio, as famílias que retiravam o seu sustento da pesca, pequenas plantações e criação de gado, estão impedidas de manter as suas de atividades e de quitar os débitos", disse Maurão.

Segundo Maintinger, novos estudos deverão ser realizados por uma empresa contratada. "Se for comprovado que a elevação do lençol freático causou prejuízos às lavouras, à criação de animais e outras atividades, a Santo Antônio não irá se furtar de suas responsabilidades", assegurou.

De acordo com o representante da usina, a questão da inadimplência junto ao Basa é de responsabilidade de quem contraiu os financiamentos. "Nossa relação é com as famílias. Cabe ao banco buscar os meios de receber os débitos. O que podemos fazer é indenizar a quem foi comprovadamente atingido", completou.

O Basa e a Emater deverão conduzir uma auditoria, para verificar em campo os efeitos das alagações na atividade produtiva. "São 1.600 famílias com débito no Basa, em valores que vão de R$ 2 mil a R$ 70 mil, que foram aplicados em atividades como a pesca artesanal, criação de gado e plantações", acrescentou Evaristo.

Fonte: ALE/RO